

MONOGRAFIAS DE ESTAGIÁRIOS DA EMERJ

APROVADAS PELAS BANCAS, EM EXPOSIÇÃO ORAL, NO FINAL DO
CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DA MAGISTRATURA

SEGUNDO SEMESTRE DE 1999

*(Os trabalhos monográficos se acham à disposição dos interessados
para fins de estudos e pesquisas na Biblioteca da EMERJ)*

A TUTELA ANTECIPADA E SUA ADMISSIBILIDADE EM SEDE DE AÇÃO RESCISÓRIA

ADRIANA DINIZ DE VASCONCELLOS GUERRA

Trabalho que examina a distinção entre a antecipação da tutela e a medida cautelar bem como a origem e a evolução histórica do instituto da tutela antecipada. (139 págs.)

A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO: A EMENDA CONSTITUCIONAL N ° 19/98 E AS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

ALEX CORDEIRO NUNES

Estudo sobre a Estabilidade no Serviço público, seu histórico e a aquisição da estabilidade com as inovações da Emenda Constitucional nº 19/98. As funções essenciais à justiça. (107 págs.)

O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NAS PENAS SUBSTITUTIVAS (LEI N° 9.714/98)

AMARILDA MACABU SEMEGHINI

Exame acurado do atual sistema de penas e da natureza das penas restritivas de “Direitos”, bem como a aplicação das penas restritivas de direito da Lei nº 9.714/98. O crime hediondo. O tráfico de entorpecentes e as penas substitutivas. (163 págs.)

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS BANCOS PELOS BENS GUARDADOS EM SEUS COFRES

ANDRÉA MARTINS VARELA

Trabalho sobre os contratos bancários, da guarda em cofre forte e sobre a obrigação dos Bancos de responder pela violação de cofres alugados e subtração de bens de clientes. (Prova do dano e medida judicial idônea). (108 págs.)

DANOS MORAIS NA SEPARAÇÃO E NO DIVÓRCIO

ELIZIER WILLIAN GOMES MENDES

A par do exame da questão do dano moral no Direito Brasileiro, sua classificação, e a Doutrina pertinente, o monografista examina o tema da possibilidade de ressarcimento do dano moral por motivo da separação do casal. (216 págs.)

RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DO CONSUMIDOR

GUILHERME MARQUES ASSUMPÇÃO

Monografia que discorre sobre a responsabilidade civil e sobre a proteção jurídica do consumidor, tratando ainda da teoria da qualidade, da responsabilidade civil pelo fato do produto e do serviço e pelo vício do produto. (115 págs.)

ASPECTOS ATUAIS DO PROTESTO CAMBIAL

HELIA MARCIA GOMES PINHEIRO

Após apontar evolução histórica do protesto cambial e suas noções gerais, a autora comenta aspectos da lei do protesto nº 9.492/97 que regulamenta o ato do protesto. Ainda examina a questão de a Fazenda poder requerer a falência do contribuinte com o protesto da Certidão da Dívida Ativa. (86 págs.)

ALTERNATIVAS PENAIS - REPERCUSSÃO DOS INSTITUTOS DA TRANSAÇÃO PENAL, SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E LEI Nº 9.714/98 NO NOVO MODELO DE JUSTIÇA CRIMINAL

IZABELLA IORIA DE PAIVA HOMSY

Trabalho monográfico que enfoca o novo sistema da Justiça Penal

Consensual inserida na Carta de 1988 e tratado na lei nº 9.099/95, com as suas medidas despenalizadoras. A transação penal. A suspensão condicional do processo. Alternativas à prisão (263 págs.)

CONTRATO DE SEGURO – AÇÃO EXECUTIVA E SEGURO DE PESSOAS

JAIR COSME PEREIRA COELHO

Com as noções históricas e exame da legislação específica, o monografista estuda o contrato de seguro, suas cláusulas, o direito de arrependimento e a prescrição. O seguro de pessoas, individual e em grupo. A via da execução para cobrança do prêmio (136 págs.)

DA LIMITAÇÃO DO VALOR DO BEM DE FAMÍLIA INSTITUÍDO NA LEI Nº 8.009/90

JOSÉ OZÓRIO DE SOUZA BITENCOURT

O monografista, a par do valor do bem de família, sua limitação na lei, trata também da origem do instituto no Direito Brasileiro. (103 págs.)

GUARDA COMPARTILHADA

KAREN RIBEIRO PACHECO

Estudo metuculoso dos importantes temas da guarda, tutela e curatela, suas semelhanças, dissemelhanças, bem como do pátrio poder e da guarda conjunta ou compartilhada. (134 págs.)

OS LIMITES DA CONSTITUCIONALIDADE

LILIAN ROSEMARY WEEKS

No estudo do tema, a autora aponta os fundamentos do estado democrático e o fundamento político da Constituição. Encerra o trabalho examinando as limitações intrínsecas à interpretação constitucional, bem como os princípios constitucionais. (255 págs.)

SÚMULA VINCULANTE

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA GOMES

Debatendo o tema da adoção ou não da súmula vinculante na Doutrina e no projeto da reforma judiciária, a autora estuda as normas da interpretação e integração do Direito, bem como o incidente de uniformização da Jurisprudência, as ações e os recursos pertinentes. (115 págs.)

TORTURA

PATRÍCIA DOS SANTOS ROSAS

A autora faz exame dos antecedentes históricos da tortura nos períodos primitivo, humanitário e científico, bem como das tendências atuais com a defesa social e o Direito alternativo. Afirma que a tortura, além de forma de execução de outro crime, também se configura, hoje, um crime autônomo da Lei nº 9.455/97. Trata também dos crimes hediondos, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Tortura nos acordos internacionais. (238 págs.)

PRISÃO CAUTELAR

PATRÍCIA ESTEVES

Estudo em que a autora examina o conceito e a natureza jurídica da prisão para, em seguida, tratar das espécies de prisão cautelar (em flagrante, preventiva, a decorrente da pronúncia e da sentença penal condenatória recorrível e da prisão temporária). (83 págs.)

O ICMS NA IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS

PAULA MARIA NÓBREGA BAPTISTA

A autora aponta o conceito, as características e princípios constitucionais do ICMS, após referir-se aos antecedentes do mesmo imposto, desde o I.V.C., adotado pela Emenda Constitucional nº 18/65. O objetivo do trabalho é o de tratar da incidência do ICMS nas importações, conforme a Carta de 1988, ainda que realizada por pessoa física, face às divergências de entendimento jurisprudencial. As controvérsias na Doutrina são apontadas nas conclusões do trabalho. (103 págs.)

DANO MORAL: QUESTÕES CONTROVERTIDAS

PAULO MAXIMILIAN WILHELM SCHONBLUM

O autor registra o surgimento do dano moral entre os povos antigos, seus Códigos e a antiga legislação, bem como a evolução do seu conceito e diferentes fases. Em amplo levantamento da legislação brasileira, registra também as controvérsias que persistem sobre a matéria. As teses sobre o cabimento de dano moral sofrido por pessoas jurídicas são examinadas, assim como a possibilidade de cumulação do dano moral e do estético. (157 págs.)

LIMITES À LICITUDE PROBATÓRIA

RACHEL COSTA DE ANDRADE

A autora trata dos limites ao direito à prova, segundo os princípios constitucionais, assim como das provas ilícitas no sistema de provas. Cuida da inadmissibilidade absoluta e da relativa de produção das provas ilícitas conforme as teorias apontadas por Ada P. Grinover. Por fim examina a questão das interceptações telefônicas e do seu valor probatório. (194 págs.)

BRASIL ANO 2000: REFORMA DO ESTADO OU REFORMA DA CONSTITUIÇÃO?

REGINA HELENA MACHADO

A autora faz retrospecto das mutações na organização política do Estado brasileiro desde a colônia até se consolidar na supremacia da Constituição e até se aproximar do dilema do ano 2000: reforma do Estado ou da Constituição. Faz minucioso levantamento das numerosas tentativas de modificar a atual Carta, suas origens no Congresso e a autoria de cada uma. (175 págs.)

NOTA PROMISSÓRIA VINCULADA A CONTRATO

THAIS DE MOURA SOUZA E LIMA

Antes dos exame do tema da monografia, a autora estuda a teoria dos títulos de Crédito, especialmente da nota promissória. Por fim trata da questão da causa do título e da possibilidade dessa discussão no direito material e no direito processual, bem como dos efeitos sobre as partes, o avalista e terceiros de boa e má-fé. (149 págs.)

CONTRATOS DE ADESÃO NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

VANESSA CRISTINA FERREIRA LOPES

A monografista inicia o seu trabalho por mostrar as posições históricas da autonomia da vontade e da intervenção estatal. Do estudo sobre o conceito, condições gerais e a interpretação do contrato de adesão, passa a examinar a incidência dessa forma de pacto tratada no C.D.C., bem como o controle de suas cláusulas abusivas. (87 pág.)

RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES DE SOCIEDADES ANÔNIMAS

VANESSA RAMALHETE SANTOS NEVES

A autora inicia por apontar a evolução histórica, o conceito e as espécies de responsabilidade civil para, em seguida, tratar da responsabilidade dos administradores de sociedades anônimas. Considera também o regime jurídico do Decreto-lei nº 2.622/40, da Lei nº 6.404/76, bem como das medidas judiciais contra os administradores de sociedades anônimas. (169 págs.) ◆